



O FUTURO DA EUROPA

julho 2018

ÍNDICE

ÍNDICE	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
PORQUE É QUE A EAPN DEVE PARTICIPAR NO DEBATE SOBRE O FUTURO DA EUROPA?	7
O QUE PENSAM OS CIDADÃOS EUROPEUS DA UE?	8
AS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES A NÍVEL DA UE DIFEREM DAS PREOCUPAÇÕES A NÍVEL NACIONAL	8
CERCA DE METADE DOS CIDADÃOS EUROPEUS NÃO CONFIA NAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS E NACIONAIS	9
A SOLIDARIEDADE E OS VALORES SOCIAIS ESTÃO EM CRESCENDO	9
O FUTURO DA EUROPA É OTIMISTA	10
OS CENÁRIOS PARA O FUTURO DA EUROPA. A DIMENSÃO SOCIAL	10
O PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS.... CONTRIBUIRÁ PARA UMA EUROPA MAIS SOCIAL E JUSTA?	13
A NECESSIDADE DE UM CENÁRIO ALTERNATIVO PARA A EUROPA	14
O SEXTO CENÁRIO (SOCIAL E SUSTENTÁVEL)	14
PROPOSTAS PARA UMA EUROPA SOCIAL	15
ANEXOS	19
ANEXO 1: O ENQUADRAMENTO DESTE DOCUMENTO	19
ANEXO 2: CENÁRIO 6	21

CONTRIBUTO DA EAPN PARA O DEBATE SOBRE O FUTURO DA EUROPA

SUMÁRIO EXECUTIVO

O futuro da Europa nunca esteve tão em causa. A crise do euro, as políticas de austeridade, o BREXIT e a crise dos refugiados/imigração, entre outros fatores, levaram ao questionamento do modelo de funcionamento da UE, da sua viabilidade e do seu futuro por parte dos partidos Eurocéticos ou Eurofóbicos. Quase metade dos cidadãos não confia nas instituições europeias, demonstrando também baixos níveis de confiança nas instituições dos seus próprios países.

Uma Europa Social - baseada no bem-estar de todos os cidadãos e habitantes da UE, com padrões sociais mínimos - é posta em causa pela persistência da pobreza e exclusão de quase um quarto da população.

A Estratégia Europa 2020 não só não atingiu o seu objetivo em termos de erradicação da pobreza, mas foi substituída antes do prazo fixado: pode o novo Pilar Europeu dos Direitos Sociais ser uma via para recuperar a Europa Social? Apesar de alguns comentários da Comissão Europeia, o documento de referência não inclui nenhum papel para a sociedade civil, o que significa um retrocesso na governança dessas questões. Por outro lado, a falta de objetivos e mecanismos para a implementação do Pilar gera incerteza sobre até que ponto os governos nacionais, regionais e locais vão aderir ao Pilar.

A Europa Social não parece ter lugar de destaque nos "cinco cenários para a Europa" propostos pelo Presidente Juncker. Por essa razão, as ONGs sociais e ambientais concordaram com a inclusão de um "sexto" cenário, baseado no desenvolvimento sustentável e inclusivo. Tendo por base o sentimento geral de solidariedade e otimismo sobre o futuro europeu, e em especial as conclusões dos Encontros Europeus das Pessoas que vivem ou viveram em situação de Pobreza¹, a EAPN deve participar no debate sobre o futuro da Europa, pois os desafios são enormes e está muita coisa em jogo. As prioridades da EAPN para o Futuro da Europa são: **emprego inclusivo; empregos dignos e estáveis para os jovens; pensões dignas; rendimento mínimo adequado e eficaz; benefícios económicos para as crianças; cuidados de saúde abrangentes e de qualidade; investimento de qualidade na educação; serviços sociais eficazes; atenção aos grupos vulneráveis; uma oferta adequada de habitação social; ações positivas que concorram para a igualdade de género; uma reforma tributária redistributiva; e maior e melhor participação da sociedade na democracia europeia.**

Nas próximas eleições (maio 2019), será decidida uma nova composição do Parlamento Europeu, sem o Reino Unido, e o futuro político da UE será redefinido. Temos muito trabalho

¹ <https://www.eapn.eu/voices-of-poverty/>

pela frente, se queremos construir uma União Europeia mais sustentável, mais social e mais justa!

PORQUE É QUE A EAPN DEVE PARTICIPAR NO DEBATE SOBRE O FUTURO DA EUROPA?

O Livro Branco sobre o Futuro da Europa foi apresentado pelo Presidente Juncker no dia 1 de março de 2017. Este documento assinala o início de um processo para a UE27 decidir sobre o futuro da União, processo este que terminará com as eleições para o Parlamento Europeu em 2019.

A EAPN deve tomar parte no debate sobre o Futuro da Europa porque está muita coisa em jogo. As conclusões dos Encontros Europeus das Pessoas que vivem ou viveram em situação de Pobreza (PEP) destacam o facto de que os altos níveis de pobreza e exclusão social têm consequências negativas e diversas na vida e no futuro de um quarto da população europeia². Confirmam ainda que, embora a economia tenha recuperado, as políticas de austeridade e os cortes nas despesas sociais mantêm-se na maioria dos Estados membros, enquanto a pobreza no trabalho aumentou (in work poverty), mostrando que o aumento do emprego nem sempre se traduz numa saída da situação de pobreza.³

O papel da UE é questionado neste debate. Os tão necessários padrões sociais da UE - como o Rendimento Mínimo Europeu, que poderia garantir uma vida melhor para todos - foram rejeitados pelo Conselho e pela Comissão. Em 2017, o Parlamento Europeu propôs reforçar a Legislação Laboral Europeia, com o objetivo de fortalecer os direitos laborais e o rendimento, e introduzir novos mecanismos de solidariedade à escala da UE para combater a pobreza infantil, a desigualdade de género e a exclusão social⁴. Em vez desta legislação, o que realmente surgiu foi o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, cujo cumprimento e implementação depende dos Estados Membros...

² Um quarto da população europeia corre o risco de pobreza e exclusão há mais de uma década. Embora um dos cinco objetivos da Estratégia Europa 2020 tenha ambicionado reduzir em pelo menos 20 milhões o número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social (de 115,9 milhões em 2008 para 95,9 milhões em 2020), em 2015 estes cidadãos já representavam 117,6 milhões na UE-28. Além disso, 32,2 milhões de pessoas com deficiência estavam em risco de pobreza e exclusão social em 2010, assim como 26,5 milhões de crianças, elevando a percentagem total para níveis inaceitavelmente altos (23,7%). O aumento da desigualdade desde a crise económica afetou especialmente as mulheres, as famílias monoparentais, os jovens, os não residentes na UE, os desempregados, os trabalhadores pobres, entre outros, acentuando a pobreza e excluindo-os ainda mais do mercado de trabalho.

³ As políticas de austeridade envolveram cortes nos gastos sociais, e mesmo os países com Estados de Bem-Estar Social mais desenvolvidos mantêm as taxas AROPE acima de 10% da população. 16º Encontro de Pessoas que Vivem ou viveram em situação de Pobreza, Bruxelas, 2017, “Vamos combater a pobreza no trabalho”, https://www.eapn.eu/wp-content/uploads/2018/03/EAPN-Short-Report_PeP2017_electronic.pdf

⁴ O relatório «Combater as desigualdades para fomentar a criação de postos de trabalho e o crescimento» foi adotado pelo Parlamento Europeu em 2017. Neste relatório o PE estabelece o combate às desigualdades como uma prioridade política da UE e propõe um roteiro com normas, instrumentos e recursos para o conseguir. Estabelece a necessidade de equilibrar o Semestre Europeu, introduzindo uma monitorização genuína da dimensão social da União e vertendo estes dados e conclusões nas recomendações específicas por país. Centra-se na necessidade de reforçar a legislação laboral europeia, a fim de reforçar os direitos e rendimento no trabalho, e de introduzir novos mecanismos de solidariedade à escala da UE para combater a pobreza infantil, o fosso entre os géneros e a exclusão social. Finalmente, o relatório enfatiza a necessidade de melhorar a nossa coordenação fiscal e harmonização na luta contra a fraude fiscal, a evasão e a “engenharia fiscal” antiética e desleal que se verifica neste domínio.

'O meu sonho é que a Europa chegue a acordo sobre um sistema comum de acesso às pensões e que as pessoas que delas dependem possam ter uma vida digna...' (Encontro PeP 2017)

Cerca de metade dos cidadãos da UE mantêm um certo distanciamento ou desconfiança em relação ao papel que a União Europeia tem nas suas vidas, principalmente porque não se sentem protegidos nos seus direitos económicos e sociais de forma clara e eficaz. Nas próximas eleições europeias (maio de 2019) teremos de lidar com partidos políticos movidos pelo ressentimento, apresentando propostas anti-UE, xenófobas e racistas.

Por todas estas razões, a EAPN deve envolver-se na discussão sobre o Futuro da Europa. Somos um canal que dá voz às exigências das pessoas que vivem em situação de pobreza e temos a missão de promover a participação democrática da sociedade civil. Está muita coisa em jogo é preciso empenhar-nos ainda mais numa Europa Social para Todos.

O QUE PENSAM OS CIDADÃOS EUROPEUS DA UE?

Os Estudos de Opinião Europeus (Eurobarómetro) mostram que existe um forte compromisso com uma UE social, baseada na solidariedade e na proteção dos que vivem em condições vulneráveis. É igualmente claro que a maioria dos cidadãos não confia na UE, o que significa que desaprovam as opções feitas pela Comissão e pela UE em geral. No entanto, é notável que a maioria deles se mantenha otimista quanto ao futuro da Europa.

As principais preocupações a nível da UE diferem das preocupações a nível nacional

Inquérito Eurobarómetro 89 (março 2018) apresentou as **principais preocupações a nível europeu, nomeadamente:**⁵

1. **A imigração** é o maior desafio que a União enfrenta atualmente (38 %, -1 ponto desde o outono de 2017).
2. O **terrorismo** vem em segundo lugar (29%), embora tenha perdido terreno desde o outono de 2017 (-9, e -15 desde a primavera de 2017).
3. A **situação económica** vem a seguir, apesar de uma ligeira melhoria desde o outono de 2017 (18%, +1).
4. O estado das **finanças públicas** dos Estados Membros (17%, +1).
5. O **Desemprego** (14%, +1).

A hierarquia destas cinco principais preocupações manteve-se inalterada desde o outono de 2017. O impacto da UE no mundo (11%, +2) ocupa o sexto lugar, juntamente com as mudanças climáticas (11%, -1), que tem uma percentagem de dois dígitos pela segunda vez consecutiva. Outras questões são referidas, tais como: a criminalidade (10%, inalterada), aumento dos preços / inflação / custo de vida (9%, +2), meio ambiente (8%, inalterada), energia (4%) %, +1), pensões (4%, =) e tributação (4%, +1).

⁵ [Standard Eurobarometer 89 Spring 2018](#)

É surpreendente que apesar das estatísticas revelarem taxas de desigualdade e de AROPE constantes, os problemas económicos sejam considerados secundários pela opinião pública. **No entanto, as principais preocupações a nível nacional diferem:**

1. Para um quarto dos cidadãos da UE (25%, inalterado desde o outono de 2017), o **desemprego** continua a ser o problema mais importante a nível nacional.
2. Com 23%, depois de aumentar 3 pontos desde o outono de 2017, a **saúde e segurança social** atingem um novo recorde ocupando agora o segundo lugar pela primeira vez desde a primavera de 2007.
3. A **Imigração** ocupa o terceiro lugar (21%, -1 ponto).
4. O aumento dos **preços / inflação / custo de vida** (17%, =) e **pensões** (17%, +3) partilham o quarto lugar.
5. Em quinto lugar, a **situação económica é referida por** 15% dos inquiridos (-1), caindo para o nível mais baixo desde a primavera de 2007.

A Educação ocupa o sexto lugar (12%, +1), enquanto que a criminalidade (11%, -1) e a habitação (11%, +1) ocupam ambas o oitavo lugar. São mencionados mais 4 itens por 10% ou menos da população: terrorismo, depois de diminuir cerca de 6 pontos (10%), o ambiente, o clima e as questões energéticas (10%, =), endividamento do governo (9%, =) e impostos (7%, =).

Cerca de metade dos cidadãos europeus não confia nas principais instituições europeias e nacionais

Embora a confiança nos governos nacionais e na UE esteja a aumentar, metade das pessoas não confia na UE nem nos seus governos nacionais.⁶ Em março de 2018, **48% dos europeus tendem a não confiar na União Europeia**, enquanto que 42% confiam e 10% não sabe.⁷ Embora a confiança na União Europeia tenha aumentado ligeiramente (+1 ponto percentual desde o outono de 2017), a **confiança nos governos nacionais (34%, -2) e nos parlamentos nacionais (34%, -1) caiu** pela segunda vez consecutiva.

49% tendem a não acreditar que a sua "voz é tida em conta na UE". Apenas 45% disseram acreditar que sua voz conta e 6% responderam que "não sabem". Estes dados mostram uma clara falta de confiança na representatividade da UE de quase metade da população. Esta é uma situação perigosa, que pode conduzir a um processo centrífugo como o do BREXIT e a justificações para questionar as competências chave da UE, na violação das políticas europeias (ou seja, a política de migração da UE), como no caso dos Países do Visegrado.⁸

A solidariedade e os valores sociais estão em crescendo

⁶ [Standard Eurobarometer 89 Spring 2018](#)

⁷ Com 42%, a confiança na União Europeia permanece no nível mais alto desde o outono de 2010.

⁸ A Hungria, Eslováquia, República Checa e Polónia. Em maio de 2018, emitiram uma comunicação conjunta pedindo um novo modelo para a Europa, com menos competências e vigilância por parte das instituições da UE. "As instituições da UE devem tratar todos os Estados membros da mesma forma e agir estritamente dentro do âmbito de suas respetivas ... competências. O direito dos Estados membros de realizar reformas internas dentro de suas competências deve ser respeitado". "Os Estados da UE da Europa de leste pedem a Bruxelas para recuar", na REUTERS. <https://www.reuters.com/article/us-europe-hungary-visegrad/eastern-eu-states-tell-brussels-to-back-off-idUSKBN1FF1U3>

No que diz respeito à solidariedade, em 2017, **79% consideram a solidariedade na UE positiva**, com 34% a afirmar que é “muito positiva” e 45% que é “bastante positiva”. Apenas 18% consideram a solidariedade negativa, e 4% veem algo muito negativo na solidariedade. Este resultado salienta ainda mais a importância da dimensão social da UE para os europeus, identificada em inquéritos anteriores.

Por exemplo, num inquérito Eurobarómetro Especial realizado em setembro-outubro de 2016, “a igualdade e solidariedade social” foi a área mais mencionada que a sociedade da UE precisa enfatizar para enfrentar grandes desafios globais. Além disso, as “desigualdades sociais” foram o segundo desafio mais mencionado para a UE (após o desemprego). Finalmente, “padrões comparáveis de nível de vida e educação” foram os dois fatores considerados mais úteis para o futuro da Europa. É muito importante notar que, desde 2009, existe uma constante e firme atitude pública em apoiar a “solidariedade” como um valor chave da UE.

O futuro da Europa é otimista

Em 2018, após um terceiro aumento consecutivo, **58% dos entrevistados disseram estar otimistas em relação ao futuro da União Europeia** (+1 ponto percentual desde o outono de 2017 e +8 desde o outono de 2016). Mais de um terço são pessimistas (36%, -1 desde o outono de 2017) e 6% (inalterado) respondem que “não sabem”. **O otimismo para o futuro da União Europeia é predominante em 26 Estados-Membros** (como no outono de 2017); por outro lado, o pessimismo continua a ser a visão da maioria na Grécia (53% contra 42% "otimista") e no Reino Unido (48% vs. 43%).⁹

OS CENÁRIOS PARA O FUTURO DA EUROPA. A DIMENSÃO SOCIAL

Os diferentes cenários propostos pelo presidente Juncker têm grandes consequências sociais. Em 26 de abril de 2017, a Comissão lançou um documento de reflexão sobre a dimensão social da UE. O documento levanta questões sobre como sustentar os padrões de vida, criar mais e melhores empregos, capacitar as pessoas com as competências certas e criar mais unidade dentro da sociedade, à luz da sociedade do futuro e do mundo do trabalho. **Isso é feito definindo três opções possíveis:**

(a) Limitar a dimensão social à livre circulação

Ao abrigo desta opção, a União manterá regras para promover a circulação transfronteiriça de pessoas, como as regras relativas aos direitos à segurança social dos cidadãos em circulação, ao destacamento de trabalhadores, aos cuidados de saúde transfronteiriços e ao reconhecimento de diplomas. No entanto, deixariam de existir normas mínimas da UE, por exemplo, ao nível da saúde e segurança dos trabalhadores, tempo de trabalho e descanso, ou

⁹ O otimismo para o futuro da UE é mais visível na Irlanda, que se destaca com 84% dos entrevistados dizendo que estão otimistas em relação ao futuro da UE; em seguida, em Portugal, cerca de sete em cada dez inquiridos estão otimistas e no Luxemburgo (ambos 71%), Malta, Lituânia e Dinamarca (todos os 70%), Polónia (69%) e Países Baixos (68%). No outro extremo da escala, o otimismo é predominante na França, mas as opiniões estão bastante divididas (48% contra 47% “pessimistas”). [Standard Eurobarómetro 89, Spring 2018](#)

licença de maternidade e paternidade. A Europa deixaria de promover oportunidades para os Estados-Membros trocarem boas práticas nos domínios da educação, saúde, cultura e desporto, e os programas de reconversão social e regional nos Estados-Membros cofinanciados por fundos da UE teriam de ser descontinuados ou financiados nacionalmente.

(b) Aqueles que querem fazer mais no campo social fazem mais

Os países que partilham o euro como moeda única poderiam fazer mais em conjunto no campo social para preservar a força e estabilidade da zona euro e evitar ajustes abruptos nos níveis de vida dos seus cidadãos. Outros países interessados poderiam participar igualmente.

(c) UE27 aprofunda a dimensão social da Europa em conjunto

Embora o centro de gravidade da ação no domínio social deva e permaneça com as autoridades nacionais e locais, a UE deverá explorar formas de continuar a apoiar a ação dos Estados-Membros, fazendo pleno uso de todos os instrumentos de que dispõe. **A legislação não só estabelecia normas mínimas, mas, em áreas selecionadas, poderia harmonizar plenamente os direitos dos cidadãos em toda a UE, com o objetivo de se concentrar na convergência social dos resultados sociais.**¹⁰

Em setembro de 2017, no seu discurso sobre o Estado da União Europeia ao Parlamento Europeu, o Presidente Juncker apresentou a sua revisão para o futuro da Europa, **uma espécie de “sexto cenário” baseado em três princípios fundamentais: liberdade, igualdade e estado de direito.** Estes três princípios compõem as bases sobre as quais “deveria ser construída uma União mais unida, mais forte e mais democrática”. O Pilar dos Direitos Sociais foi referido como um elemento importante para alcançar esta UE unida.

O Presidente Juncker concluiu o discurso pedindo uma Cimeira Especial sobre o futuro da Europa na Roménia, em 30 de março de 2019, um dia depois do Reino Unido deixar oficialmente a UE¹¹. Tem esperança que esta cimeira permita aos Europeus ir às urnas nas eleições de 2019 para o Parlamento Europeu com “uma compreensão clara de como a União Europeia se desenvolverá nos próximos anos”.

O Centro Europeu de Estratégia Política produziu uma comparação entre as visões do Presidente Juncker (no discurso sobre o Estado da União), a Iniciativa do Presidente Macron para a Europa e os Planos da Reforma da Chanceler Merkel para a Europa¹²:

¹⁰ Comissão Europeia, **Documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa**, https://ec.europa.eu/commission/publications/reflection-paper-social-dimension-europe_pt

¹¹ Está disponível uma consulta aberta sobre o Futuro da Europa em todas as línguas, <https://ec.europa.eu/consultation/runner/Future-of-Europe?surveylanguage=pt>

¹² https://ec.europa.eu/epsc/sites/epsc/files/epsc_-_three_visions_one_direction_-_plans_for_the_future_of_europe.pdf

SINGLE MARKET, SOCIAL EUROPE AND TAXATION



'Europe must be a Union of equality and a Union of equals.'

- Equip national authorities with stronger powers to **better enforce EU consumer and food quality laws** and cut out illegal practices wherever they exist
- **Create a common Labour Authority** – a European inspection and enforcement body to ensure that all EU rules on labour mobility are enforced in a fair, simple and effective manner
- Address social dumping by agreeing on the European Pillar of Social Rights – setting the basis for a **European Social Standards Union** (e.g. same pay for the same work in the same place) – as soon as possible and at the latest at the Gothenburg Social Summit in November 2017
- Qualified majority voting for decisions on the **common consolidated corporate tax base**, on VAT, on **fair taxes for the digital industry** and on the financial transaction tax

'The single market is the very soul of Europe... But today, Europe does not protect from social dumping; today we have let the European single market develop against the very philosophy of our united labour market... Europe must build a genuine project of fiscal and social convergence.'

- **End double standards on food**, to combat fraud and guarantee food security
- **A European inspection and enforcement body** to ensure that all EU rules on **labour mobility** are enforced in a fair, simple and effective manner
- Encourage **convergence** across the whole EU, setting **rules and criteria** (as the basis of discussions on the new Multiannual Financial Framework) that **gradually bring social and tax models closer together** (e.g. minimum wage; convergence of social contributions; solidarity fund)
- Accelerate the **harmonisation of corporate tax base** (between France and Germany within the next 4 years) by agreeing, by 2020, on a range of rates that would bind Member States.
- Rethinking the **taxation of digital companies**
- **Franco-German initiative to fully integrate markets**, by 2024, by applying the same rules to their enterprises, from business law to bankruptcy law

'The social market economy of the 21st century has come under pressure and digitalisation is one of the major challenges.'

- Economic **convergence** through strengthening of innovation capacity, with the help of additional structural policies
- Assist those countries that need to catch up by **fostering science, technology and innovation**
- A **digital single market** with uniform rules on data ownership
- **Reform of the tax system** to better reflect the central **value of data** and its pricing

O Relatório encontra uma convergência significativa entre os três líderes, mas está principalmente relacionado com o mercado de trabalho, a inovação e a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais:

- O Presidente Macron apoia abertamente uma série de propostas do Presidente Juncker, nomeadamente uma ação mais forte contra duplas normas de qualidade e a criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho.
- O apelo do Presidente Macron sobre regras e critérios para encorajar a convergência social e fiscal é parte do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, adotado em novembro de 2017 na Cimeira Social de Gotemburgo.
- A chanceler Merkel defende a convergência económica através do melhor desempenho da inovação.

Em relação às questões do Clima, Energia e Desenvolvimento Sustentável, as coincidências são igualmente pouco ambiciosas:

- O Presidente Macron acrescenta uma proposta de reforma da Política Agrícola Comum, com maior ênfase na segurança alimentar e “ecologização”.
- A chanceler Merkel acentua que a sustentabilidade não pode ser alcançada em grande parte das sociedades, enfatizando a necessidade de medidas de apoio ativo para aqueles afetados negativamente pela transição da redução do carbono.

Em resumo, o cenário “Fazer muito «mais» todos juntos” não conduz a uma Europa Social e Sustentável, como a EAPN acredita ser necessário. O cenário que envolve um retrocesso contempla a livre circulação dos cidadãos como única política social. A abordagem de uma Europa dividida em “velocidades diferentes” pode levar à redução da pobreza para alguns Estados membros, mas gerará mais desigualdades do que as atualmente existentes. Finalmente, os discursos dos três líderes coincidem no conceito de uma Autoridade Europeia de Trabalho e no incentivo do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, como as principais propostas “sociais”; em relação ao meio ambiente, as propostas são igualmente de visão curta e pouco ambiciosa.

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais.... Contribuirá para uma Europa mais social e justa?

A EAPN congratula-se com o pacote do Pilar Social como uma importante demonstração de uma vontade de cumprir a promessa do Presidente Juncker do "Social Triple A", num momento em que a Europa enfrenta as consequências de erros duradouros e uma ameaça real de desintegração. O pilar é um *quadro de direitos e princípios* desenvolvidos como uma Comunicação da Comissão e Recomendação, e aprovada pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho Europeu e pelo Parlamento Europeu.

No entanto, estamos preocupados com o impacto concreto nas vidas de 1 em 4 europeus que vivem em situação de pobreza. Será que vai ajudar a garantir ou reforçar seus direitos sociais? Ajudará a reequilibrar as prioridades da UE para garantir que as políticas económicas sejam também dirigidas às pessoas e não apenas às empresas? Será um teste chave para que os cidadãos europeus renovem e/ou recuperem a confiança numa Europa Social.

Os principais elementos positivos iniciais incluem uma abordagem clara baseada nos direitos, que visa a convergência ascendente dos direitos, bem como a melhoria da aceitação de direitos. Algumas melhorias importantes são vistas nos princípios fundamentais - por exemplo, o reconhecimento de que as **crianças têm direito à proteção contra a pobreza**, a nova provisão **do direito à proteção social a ser aplicada a todos os tipos de trabalhadores**; o reconhecimento do direito a **prestações de desemprego adequadas por uma duração razoável**, e muito importante para a EAPN, a afirmação explícita **do direito a um rendimento mínimo que garanta uma vida digna**. As propostas legislativas relativas à **conciliação entre vida profissional e vida privada e ao acesso à proteção social também parecem constituir um passo positivo**, tal como a *orientação política e as recomendações* sobre a integração dos princípios propostos através do acompanhamento do Semestre Europeu e a extensão de um painel social de avaliação dos progressos.¹³

No entanto, o Pilar continua a ser **um quadro de princípios, em vez de obrigações vinculativas que podem garantir direitos**, em particular para os mais vulneráveis, e inicialmente está apenas centrado na Zona Euro, sendo esta uma das principais preocupações. **A falta de foco na pobreza e na exclusão social (não só nas crianças)**, ou **ligação com os objetivos da Estratégia Europa 2020**, suscita grandes preocupações. Teríamos de ver critérios de referência mais concretos, particularmente em áreas fundamentais como a proteção social e inclusão social, ligados à inclusão ativa, e explorar em pormenor **como o pacote será implementado** no terreno com a participação dos Estados-Membros e das partes interessadas. **A falta de iniciativas legais e não jurídicas e propostas concretas de quadros de trabalho da UE sobre rendimento mínimo, salário mínimo e níveis de financiamento para a proteção social** levanta preocupações sobre como o pacote beneficiará aquelas pessoas que não estão a trabalhar, ou apenas em empregos de baixa qualidade.

¹³ De acordo com uma recente análise da EAPN, o Pilar Social é tido em conta em alguns Relatórios por País, mas não mencionado nas Recomendações Específicas por País.

Finalmente, enquanto a sociedade civil é identificada como um ator para ajudar na implementação, o **diálogo civil** não é considerado em pé de igualdade com o diálogo social, o que é muito difícil de entender - e aceitar - uma oportunidade perdida.¹⁴

A NECESSIDADE DE UM CENÁRIO ALTERNATIVO PARA A EUROPA

O Sexto Cenário (Social e Sustentável)

Como já referido, a Comissão Europeia propôs cinco cenários. Nenhum deles garante o desenvolvimento de uma Europa Social e Sustentável, sendo insuficientes para alcançar a redução da desigualdade, a erradicação da pobreza, a garantia de um rendimento para todos os que dele necessitem, a eliminação da desigualdade de género ou a plena implementação da sustentabilidade ambiental. É uma necessidade urgente, a incorporação de um sexto cenário, comprometido com uma Europa Social e Sustentável forte.¹⁵ **Precisamos de “mais”, e não “menos” Europa, de forma a garantir os Direitos Económicos e Sociais, tal como consta na Carta Social Europeia¹⁶, e cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conforme estabelecido na Agenda 2030.¹⁷ É necessário reconsiderar a atribuição de mais competências à UE no domínio social, uma vez que os maiores desafios são comuns e partilhados.** Além disso, precisamos de nos afastar das “soluções” individuais, baseadas nos Estados membros, pois estas podem levar a ações de *dumping*, o que poderia traduzir-se em mais desigualdade e menos direitos para todos.¹⁸

A EAPN já assinou um **Sexto Cenário**¹⁹ (não oficial) elaborado por uma aliança de organizações da sociedade civil - o SDG Watch - que inclui os compromissos da Agenda 2030, os objetivos ambientais, os direitos sociais e a igualdade de género. **Um cenário mais inclusivo, social e sustentável que nos permita avançar juntos** e no qual o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e os ODS são elementos centrais da agenda política.

¹⁴ EAPN EU (2017), **Make Social Rights the beating heart of Europe! EAPN Response to the European Pillar of Social Rights**. <http://www.eapn.eu/wp-content/uploads/2017/09/EAPN-2017-EAPN-Response-European-Pillar-Social-Rights-1314.pdf>

¹⁵ Comissão Europeia, **Documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa**, abril de 2017 https://ec.europa.eu/commission/publications/reflection-paper-social-dimension-europe_pt

¹⁶ A Carta Social Europeia é um tratado do Conselho da Europa que garante direitos sociais e económicos fundamentais como contrapartida da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que se refere aos direitos civis e políticos. Garante um vasto conjunto de direitos humanos do quotidiano relacionados com o emprego, a habitação, a saúde, a educação, a proteção social e o bem-estar. A Carta enfatiza especificamente a proteção de pessoas vulneráveis, como idosos, crianças, pessoas com deficiência e migrantes. Exige que o gozo dos direitos acima mencionados seja garantido sem discriminação. Nenhum outro instrumento jurídico a nível pan-europeu pode proporcionar uma proteção tão abrangente e completa dos direitos sociais como a prevista na Carta, que também serve de referência no direito da União Europeia; a maioria dos direitos sociais da Carta dos Direitos Fundamentais da UE baseia-se nos artigos relevantes da Carta. **A Carta é, portanto, vista como a Constituição Social da Europa e representa um componente essencial da arquitetura dos direitos humanos deste continente.** <https://www.coe.int/en/web/turin-european-social-charter>

¹⁷ https://ec.europa.eu/europeaid/policies/european-development-policy/2030-agenda-sustainable-development_en

¹⁸ No início do discurso sobre o estado da união em 2017, o Presidente Jean-Claude Juncker falou de uma "janela de oportunidade ... para construir uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática em 2025". Revisitando o debate que iniciou em março com os "Cinco cenários para a Europa até 2025" e o "[Livro Branco sobre o futuro da Europa](https://www.euobserver.com/opinion/139006)", expôs o seu "sexto cenário" preferido para o futuro da Europa, combinando elementos de cada um dos cenários originais <https://euobserver.com/opinion/139006>

¹⁹ <https://www.eapn.eu/over-250-non-governmental-organisations-launch-alternative-vision-for-europe/>

A EAPN deve continuar a apoiar esta abordagem, através de contributos abrangentes sobre a pobreza e a exclusão social. Temos, por um lado, de ser capazes, através de ações, influenciar a construção de uma Europa mais participativa, mais democrática e mais social; e por outro lado, precisamos de um instrumento claro para defender a nossa proposta de combate à pobreza, como parte do centro político da UE.

Propostas para uma Europa Social²⁰

A Carta dos Direitos Fundamentais deve reger nos Estados-Membros não apenas a legislação europeia, mas também a legislação nacional. A Carta Social Europeia deve ser aplicada integralmente e a UE deveria cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo os princípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: **Não deixar ninguém para trás, viver dentro das fronteiras da Europa e colocar o respeito pelos direitos humanos no centro das políticas nacionais e da UE. A Carta dos Direitos Fundamentais deve vigorar nos Estados-Membros não apenas na legislação europeia, mas também na legislação nacional.**

As taxas de pobreza e exclusão, escandalosamente altas, não devem ser aceites por mais tempo. A distribuição da riqueza é cada vez mais desigual e o emprego já não é o caminho para a inclusão social de vários milhões de europeus, que têm um emprego, mas que, apesar disso, vivem em situação de pobreza. Por estas razões, a EAPN faz várias propostas para uma Europa mais justa:

- **Emprego inclusivo**, incluindo uma forte luta contra todo o tipo de discriminação, que pode levar a melhorias nos salários e ao desaparecimento da pobreza no trabalho;²¹
- **Trabalho digno, justo e estável para todos e especialmente para os jovens**, permitindo-lhes uma visão clara do futuro;

²⁰ Os objetivos *ambientais* que a EAPN apoia, apresentam-se detalhados no **Anexo 2 deste documento**. “SEXTO CENÁRIO: UMA EUROPA SUSTENTÁVEL PARA OS SEUS CIDADÃOS”

²¹ A EAPN defende que as pessoas têm o direito a um emprego que: 1. Proporcione salários adequados / dignos. Isso precisa basear-se numa hierarquia positiva, que inclua rendimento mínimo adequado como ponto de referência (pelo menos no nível da linha de pobreza). As armadilhas da pobreza devem ser evitadas e as transições apoiadas. 2. Proporciona um contrato sustentável e direitos laborais adequados, assegurando proteção contra o falso trabalho autónomo e a demissão arbitrária e indemnizações adequadas, a fim de combater a crescente precariedade e segmentação do mercado de trabalho. 3. Permite ao trabalhador a proteção adequada da segurança social, como seguro de saúde, férias pagas, subsídio de desemprego, direitos de reforma, etc., e prevê a portabilidade transfronteiriça destes direitos. 4. Garante condições e ambiente de trabalho de qualidade. Isso inclui a implementação de provisões de saúde e segurança, ambientes de trabalho adaptados para grupos-chave, tempo de trabalho razoável e organização de turnos - particularmente em relação a empregos pouco qualificados. 5. Permite a conciliação entre a vida privada e profissional, incluindo a criação de oportunidades para horários de trabalho flexíveis. 6. Respeita o direito de participar na negociação coletiva e no diálogo social, os trabalhadores terem voz ativa nas mudanças de políticas e práticas que os afetam e de garantir uma participação significativa e transparência na governança. 7. Protege o trabalhador contra a discriminação, tanto na obtenção de emprego como no local de trabalho, lutando contra as disparidades salariais de etnia e género e outras desigualdades. 8. Garante o acesso à formação e ao desenvolvimento pessoal, melhorando e valorizando as competências existentes e proporcionando aos trabalhadores oportunidades para continuar a desenvolver as suas competências pessoais e profissionais, bem como as competências sociais. 9. Permite oportunidades de progressão na carreira. 10. Promove a satisfação no trabalho, como uma componente essencial do bem-estar das pessoas. EAPN (2018), [The Future of Work. Labour market trends and their implications for risks of poverty and social exclusion](#). Documento de Análise.

- **Serviços sociais públicos eficazes e proteção social abrangente e de qualidade**, implementados por instituições públicas com o apoio de ONG sociais e organizações de economia social (reconhecendo o seu papel de verdadeiros atores sociais, o que poderia levar à sua inclusão num quadro reformado de Diálogo Social);
- **Pensões dignas, que proporcionem um nível de vida digno, com cuidados de saúde universais e cuidados de longa duração**. Isso implica a eliminação do atual fosso de género;
- **Um padrão de rendimento garantido eficaz e adequado** para todos os agregados familiares atualmente sem recursos (implementando a Recomendação de Inclusão Ativa de 2008, mencionada no documento da CE sobre o Pilar);
- **Benefícios económicos para as crianças**, além de recursos diretos de apoio para pais solteiros e famílias numerosas que estão em maior dificuldade, a fim de combater a pobreza infantil (implementação da Recomendação 2013 sobre o Investimento nas Crianças);
- **Cuidados de saúde abrangentes e de qualidade, tanto nas zonas rurais como urbanas**, através do aumento do investimento público, a fim de alargar a cobertura e o acesso aos cuidados de saúde. Atenção especial deve ser dada às pessoas com problemas de saúde mental, doenças crónicas e portadoras de deficiência. Implementação integral de cuidados continuados e direitos de segurança social que possam ser aplicados (transferíveis) em toda a Europa;
- **Forte investimento e de qualidade na Educação**, especialmente na primeira infância, no final da escolaridade obrigatória e ao longo da vida (para cumprir os objetivos da UE 2020 e lutar contra as consequências negativas da globalização); devem ser oferecidas novas oportunidades na educação, assim como medidas de apoio ao rendimento, enquanto a segregação e a discriminação devem ser ativamente combatidas;
- **Atenção aos grupos mais vulneráveis**, incluindo uma luta firme contra todos os tipos de discriminação, e recuperação (e reformulação) da Agenda de Integração da UE de 2005);²²
- **Uma vasta oferta de habitação social** para garantir este direito fundamental e erradicar os sem-abrigo (como recomendado no Pacote de Investimento Social de 2013);
- **Um conjunto de ações abrangente e afirmativo**, em todas as áreas, para erradicar a desigualdade de género (conforme estabelecido em diferentes diretivas da UE sobre igualdade de direitos entre homens e mulheres e, claro, o Tratado de Lisboa de 2009);²³

²² Partindo de uma abordagem inclusiva para a migração: As políticas de imigração aplicadas pelos estados membros da UE, concentram-se nas condições de entrada, residência e emprego para os cidadãos não pertencentes à UE, mais do que na integração dos migrantes. As condições de vida e trabalho desiguais dos migrantes aumentam o risco de pobreza e exclusão social. É necessária uma abordagem integrada, holística e intersectorial da migração. Uma forma de conseguir isso é fortalecer o vínculo entre as estratégias de inclusão social e combate à pobreza e as políticas de migração. Como já foi referido, a inclusão dos migrantes depende muito do seu acesso à segurança social e habitação, saúde, emprego e educação. Os migrantes precisam ser incluídos no *mainstream* da formulação de políticas em todos esses serviços interligados. EAPN (2015), Migrantes na Era da Austeridade na Europa. Relatório da Task Force EAPN sobre Migração: **Migrants in Europe's age of austerity. Report of the EAPN Task Force on Migration**, <https://www.eapn.eu/wp-content/uploads/2016/11/EAPN-2015-EAPN-migration-report-899.pdf>

²³ Acabar com a discriminação de género no mercado de trabalho e nas instituições, devido ao seu papel na sociedade. Aumentar a participação feminina no trabalho e a independência económica das mulheres. Eliminar

- **Uma reforma fiscal efetiva a nível europeu, com equidade social**, que luta contra a corrupção e a evasão fiscal (reforma da atual convergência fiscal para torná-la mais progressiva e para captar recursos por forma a financiar o modelo social redefinido): impostos justos para todos;
- **Uma participação renovada e mais eficaz da sociedade civil**, que melhore a democracia, a transparência da governação e a confiança dos cidadãos da UE na construção de uma Europa positiva e sustentável.

Finalmente, para alcançar estes os objetivos, parece-nos que chegou o momento dos Chefes de Estado e de Governo - à luz das dificuldades que a União enfrenta e da falta de confiança que os cidadãos têm na União Europeia – de dar um salto qualitativo. Isso significará trabalhar intensiva e rapidamente para concretizar o conteúdo do "Manifesto de Ventotene", estabelecendo uma federação europeia, com um Parlamento Europeu eleito por sufrágio universal, e um governo democrático com poderes reais em alguns setores fundamentais.²⁴

Só uma União Política pode ser eficaz para atingir os objetivos de uma Europa Social e Sustentável e garantir que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e os ODS sejam efetivos na base, sem excluir qualquer cidadão.

as disparidades salariais, salários e pensões e, assim, combater a pobreza das mulheres. Sancionar qualquer processo de discriminação contra as mulheres. Combater a violência baseada no género, proteger e apoiar as vítimas.

²⁴ **For a Free and United Europe. A Draft Manifesto** (Per un'Europa libera e unita. Progetto d'un manifesto), é uma declaração política escrita por Altiero Spinelli e por Ernesto Rossi enquanto estavam presos na ilha italiana de Ventotene durante a Segunda Guerra Mundial. Concluído em junho de 1941, o Manifesto circulou dentro da Resistência Italiana e tornou-se o programa do Movimento Federalista Europeu. O Manifesto pedia uma federação da Europa e do mundo. No texto, Federalismo Europeu e Federalismo Mundial são apresentados como uma forma de prevenir futuras guerras. Vayssière observa que o manifesto é amplamente visto como o nascimento do federalismo europeu. Spinelli (1907-1986), um ex-comunista, tornou-se líder do movimento federalista devido a sua principal autoria do Manifesto e defesa pós-guerra. O manifesto pedia uma rutura com o passado da Europa para formar um novo sistema político através de uma reestruturação da política e de uma extensa reforma social. Foi apresentado não como um ideal, mas como a melhor opção para a condição pós-guerra na Europa. Fonte: Wikipédia.

ANEXOS

Anexo 1: O enquadramento deste documento

Este documento é emitido em nome da Rede Europeia Anti-Pobreza. O esboço inicial foi produzido pela EAPN Espanha. Este projeto foi então considerado e discutido pelo subgrupo Futuro da Europa, enviado para consulta ao Comité Executivo e ao Grupo Estratégico da Inclusão (EUISG), e discutido duas vezes pelo Comité Executivo. Comentários e feedback foram recebidos de muitas redes nacionais e três membros europeus. A reformulação foi coordenada pela EAPN Espanha e foi possível incorporar a maioria dos inputs recebidos. De acordo com o protocolo da EAPN sobre a tomada de posições políticas, a versão final foi assinada por unanimidade pelo Comité Executivo.

Agradecemos aos colegas da EAPN Espanha por liderarem este processo.

Diversidade de opinião dentro da sociedade civil

Enquanto os membros da EAPN têm uma série de pontos de vista diversos sobre determinados temas, todos os membros estão empenhados na construção de uma Europa social, livre de pobreza e exclusão social, com acesso a direitos económicos, sociais e culturais para todos. Os membros partilham da mesma visão e valores, que podem ser encontrados [aqui](#).

Durante o processo de redação deste documento, não surgiram grandes diferenças de opinião.



CENÁRIO 6: UMA EUROPA SUSTENTÁVEL PARA OS SEUS CIDADÃOS

A UNIÃO EUROPEIA TRANSFORMA-SE NUM GUIA PARA A SUSTENTABILIDADE NA EUROPA E ALÉM FRONTEIRAS

Porquê e Como?

Num cenário em que a sustentabilidade está firmemente no âmago do projeto europeu, a UE-27 dará prioridade aos interesses dos cidadãos, dentro e fora das suas fronteiras. **A Europa terá um forte enfoque nos valores sociais centrais da sua constituição - democracia e participação, justiça social, solidariedade e sustentabilidade, respeito pelo estado de direito e direitos humanos, tanto na Europa como em todo o mundo.**

Os cidadãos procuram o bem-estar económico, social e ambiental. Bem-estar económico na forma de prosperidade para todos, começando pela redistribuição da riqueza. Bem-estar social na prestação de serviços públicos de qualidade, inclusivos e acessíveis, a promoção da diversidade cultural e uma sociedade solidária. O bem-estar ambiental residente em um ambiente natural saudável que sustenta toda a vida na Terra e protege o solo, água e ar, fornece alimentos saudáveis e onde as alterações climáticas são minimizadas.

Como resultado deste enfoque, a UE-27 garantirá uma melhor saúde e qualidade de vida aos seus cidadãos. Isto aumentará a sua confiança nas instituições europeias. Desta forma a UE afastar-se-á do seu atual enfoque, onde os interesses comerciais e corporativos são muitas vezes priorizados em detrimento do interesse público. As decisões são tomadas a bem do interesse público e instituições transparentes, responsáveis e inclusivas serão o padrão.

A UE-27 assegurará que as políticas acordadas pelos Estados-Membros sejam plenamente implementadas e obrigatórias. Escândalos como o Dieselgate, que causou dezenas de milhares de mortes prematuras, não se repetirão.

Até 2025, isso significa:

A implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo os princípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: não deixar ninguém para trás, vivendo dentro da justa parcela das fronteiras da Europa e colocando o respeito pelos direitos humanos no centro das políticas nacionais e da UE.

A plena implementação do Acordo de Paris descarbonizando a nossa economia, aumentando a eficiência energética e acelerando a transição justa e sustentável para energias renováveis saudáveis e acessíveis, com base nos princípios da justiça climática, a fim de travar o aquecimento global em 1,5 ° C.

A noção de "melhor legislação" implica que todas as políticas, leis e regulamentos da UE visem garantir a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável e a aplicação de normas elevadas em matéria de emprego, saúde, segurança e ambiente, proporcionando benefícios tangíveis a todos os cidadãos e a regeneração do capital ambiental. A coerência das políticas como um objectivo-chave resultará no fim da externalidade negativa das políticas internas

para o Sul Global e na eliminação de subsídios públicos perversos, especialmente para a produção insustentável de alimentos e de combustíveis fósseis.

As empresas e suas filiais fora da UE e ao longo de suas cadeias de fornecimento estão sob a obrigação legal de avaliar, mitigar e prevenir impactos ambientais e humanos negativos das suas atividades de negócios a nível global.

O comércio internacional é reconhecido como um meio para atingir objetivos sociais, ambientais e económicos, não um fim em si mesmo. Uma agenda positiva para os acordos de comércio e investimento será concebida principalmente para promover o bem-estar e o interesse público, em vez da redução de custos para as empresas. A Europa elevará o nível de todas as outras regiões e desencorajará ativamente um nivelar pelos mínimos.

Através do reforço da democracia representativa e participativa e da garantia de espaço cívico para a participação das pessoas para além das eleições, os cidadãos podem participar mais ativamente no projeto europeu e dar forma a uma visão europeia positiva para o futuro.

A UE-27 e os Estados-Membros considerarão a educação como uma responsabilidade pública que oferece aprendizagem ao longo da vida para todos, a fim de desenvolver uma cidadania ativa, um pensamento crítico, a inclusão social, a diversidade cultural e uma compreensão do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos.

A igualdade de género e os direitos das mulheres e raparigas serão uma prioridade em todas as políticas e práticas da UE, tanto a nível interno como externo.

Uma transição justa para uma economia verde e socialmente justa, na qual os recursos humanos e naturais são valorizados dentro dos limites planetários.

Um Modelo Social Europeu oferece proteção total a todos os trabalhadores, a todos os consumidores e a todas as gerações de pessoas que vivem na UE.

Medidas fiscais eficazes e coordenadas garantem que todas as empresas paguem impostos adequados e contribuam para os orçamentos públicos nacionais para o bem-estar socioeconómico. A UE27 irá combater eficazmente a evasão fiscal e encerrar os paraísos fiscais europeus.

Pros e contras:

A Europa reinventa-se e comunica melhor os benefícios, direitos e proteção que oferece aos cidadãos. A aceitação e a confiança nas instituições europeias aumentará à medida que os cidadãos experienciam os benefícios da cooperação europeia.

Os silos políticos são desmantelados, as incoerências e as contradições são resolvidas. Todas as políticas e programas contribuirão para a agenda de desenvolvimento sustentável.

IMPACTO NAS POLÍTICAS

Capacidade de abordar as preocupações dos cidadãos e a democratização

- A UE-27 introduzirá novos métodos para aumentar a influência dos cidadãos e da sociedade civil nas principais questões políticas europeias, atribuindo-lhes um papel mais importante no processo de tomada de decisões da UE, a fim de reforçar a transparência, a participação e a responsabilização.

Clima e ambiente saudável

- São estabelecidas normas comuns para que os cidadãos possam usufruir de ar e água limpos, energia renovável e local, alimentos seguros e saudáveis. São implementadas medidas ambiciosas para eliminar combustíveis fósseis e a exploração insustentável de recursos naturais, inclusive do Sul Global, levando a uma parcela justa (suficiência) no uso de recursos naturais.

Políticas sociais e inclusivas

- Todos os cidadãos e residentes europeus beneficiam do mesmo nível de proteção, com base nos direitos humanos internacionais. As diferenças de rendimento são reduzidas, as metas da igualdade são alcançadas, o bem-estar é melhorado e as disparidades na saúde diminuem dentro e entre os países e entre gerações-

Políticas comerciais

- As políticas comerciais tornam-se mais transparentes e contribuem para a concretização de objetivos sociais e ambientais, incluindo acordos climáticos globais, a proteção da saúde e o bem-estar dos cidadãos e são coerentes com os direitos fundamentais.

Política externa, migração de cooperação internacional

- A Europa assume um papel de liderança na garantia de uma resposta à migração global centrada no ser humano, para benefício e proteção de todos os envolvidos. Contribui com a sua quota-parte, tanto como doador como no acolhimento e refugiados, garantindo um acesso igual e justo aos serviços para todos.
- A UE continua a ser um dos principais doadores a implementar os seus compromissos para a proteção dos direitos humanos na sua cooperação internacional. A UE apoia ativamente as regras vinculativas em matéria de direitos humanos nas empresas europeias que operam no estrangeiro.

Orçamentos

- O orçamento da UE faz jus ao seu potencial de catalisar a sustentabilidade, a justiça económica e o bem-estar, para manter e restaurar os nossos recursos naturais e a biodiversidade. Inclui ferramentas de gastos participativos, bem como fortes mecanismos de responsabilização. Por outras palavras, haverá um orçamento para os cidadãos.
- Políticas fiscais mais progressivas e uma mudança de impostos do trabalho para o uso ambiental.

SNAPSHOTS ILUSTRATIVOS

- O comércio, o desenvolvimento regional e as políticas alimentares incentivam os governos locais, nacionais e regionais a desenvolver sistemas de produção de energia e alimentos distribuídos localmente e sustentáveis: produção local para as necessidades locais. O comércio internacional prioriza princípios de sustentabilidade.
- Uma Agência de Fiscalização da UE monitoriza a implementação da legislação da UE e responde rapidamente, se necessário. Entre outras tarefas, este órgão monitoriza ativamente as emissões de uma ampla gama de produtos (carros, eletrodomésticos, etc.) para averiguar se está em conformidade com os padrões acordados e aplica sanções efetivas em caso de violação dos regulamentos.

- Orçamento e indicadores da UE: é publicada regularmente uma nova definição para o progresso económico na UE, que vai além da dependência do PIB e orienta e mede o impacto das despesas no bem-estar sustentável de todos os cidadãos e do seu ambiente. Todas as linhas de despesas são totalmente à prova de sustentabilidade, resultando em gastos mais direcionados e maior vinculação de recursos com o desempenho dos Estados-Membros e das regiões no cumprimento da Agenda 2030 da UE para o desenvolvimento sustentável.
- Energia, clima e políticas sociais: a UE27 introduz um fundo para tornar neutra a energia de 50 milhões de casas na Europa, reduzindo assim os custos de vida dos cidadãos, pondo fim à pobreza energética e reduzindo drasticamente as emissões de gases com efeito de estufa.
- A participação nova e efetiva da sociedade civil melhora a democracia, a transparência da governação e a confiança dos cidadãos da UE na construção de uma Europa positiva e sustentável.
- Os europeus consomem alimentos mais saudáveis produzidos por sistemas agrícolas europeus reformados e gozam de uma natureza europeia amplamente restaurada e de aumento dos espaços verdes nas cidades.
- Os ecossistemas da Europa estão suficientemente protegidos e restaurados para oferecer benefícios socioeconómicos e de saúde. As soluções baseadas na natureza estão no centro do desenvolvimento da Europa.
- Livre circulação: a UE garante uma livre circulação efetiva a todas as pessoas que vivem na Europa.
- Será adotada legislação de acessibilidade a nível da UE para garantir que os 80 milhões de pessoas com deficiência na Europa, que atualmente não podem utilizar produtos e serviços integrados, possam participar em condições de igualdade com os outros cidadãos enquanto consumidores no mercado interno.

Bruxelas, junho 2017

CONTACTOS

Para mais informação sobre este parecer, contacte

Leo Williams – EAPN Director

leo.williams@eapn.eu – 0032 (2) 226 58 60

www.eapn.eu

A Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) é uma rede independente de organizações não-governamentais (ONGs) e grupos envolvidos na luta contra a pobreza e a exclusão social nos Estados-Membros da União Europeia, estabelecida em 1990.



EUROPEAN ANTI POVERTY NETWORK

EUROPEAN ANTI-POVERTY NETWORK. Permitida a reprodução desde que adequadamente referida a fonte. Agosto 2018

Esta publicação recebeu apoio financeiro do Programa da União Europeia para o Emprego e Inovação Social "EaSI" (2014-2020). Para mais informações, consulte: <http://ec.europa.eu/social/easi>



A Comissão Europeia, ou qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser responsabilizada pela utilização da informação contida na presente publicação. Em caso de utilização ou reprodução de imagens que não estão abrangidas por copyright da União Europeia, deve ser solicitada autorização diretamente o detentor(es) desses direitos.